

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INCLUSIVA

Régis Henrique dos Reis Silva – UFSCar/GEPEFI/FAEFI/UFU

Sônia Bertoni Sousa – UFSCar/GEPEFI/FAEFI/UFU

Maria Helena Candelori Vidal – UFU/GEPEFI/FAEFI/UFU

Resumo

Este trabalho é produto de estudos e palestras realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Inclusiva, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Federal de Uberlândia (GEPEFI/FAEFI/UFU). A questão central do estudo é discutir qual o papel da Educação Física Escolar, diante do paradigma da Inclusão? Para isto faz-se necessário abordar também as seguintes questões: a) quais os princípios que orientam a Educação Especial; b) em relação à Educação Inclusiva, quais os fatos e correntes de pensamento, vêm orientando o seu desenvolvimento; c) o que têm mostrado os dados estatísticos brasileiros, quanto a inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs) na rede de ensino público e/ou privado; e d) quais os caminhos percorridos pela área da Educação Física diante das PNEEs. A metodologia utilizada para realização do estudo foi o levantamento bibliográfico e para analisar os dados utilizamos o processo hermenêutico-crítico, que consiste na abordagem crítica dos resultados obtidos pela análise interpretativa. Após a realização do estudo pudemos verificar que a Educação Física Escolar, precisa repensar sua organicidade escolar, envolvida em uma prática sócio-político-pedagógica capaz de materializar-se como Inclusiva.

Abstract

This work is product of studies and lectures carried through for the Group of Studies and Research in Inclusive Physical Education, of the College of Physical Education, the Federal University of Uberlândia (GEPEFI/FAEFI/UFU). The central question of the study is to argue which the paper of the Pertaining to school Physical Education, ahead of the paradigm of the Inclusion? For this one becomes necessary to also approach the following questions: which the principles that guide the Special Education; b) in relation to the Inclusive Education, which the facts and chains of thought, come guiding its development; c) what they have shown the Brazilian statistical data, how much the inclusion of the People with Educational Necessities Special in the net of public and/or private education; e d) which the ways covered for the area of the Physical Education ahead of the People with Educational Necessities Special. The methodology used for accomplishment of the study was the bibliographical survey and to analyze the data we use the hermeneutic-critical process that consists of the critical boarding of the results gotten for the interpretative analysis. After the accomplishment of the study we could verify that the Pertaining to school Physical Education, needs to rethink its pertaining to school, involved organized in one practical partner-politician-pedagogical capable one to materialize itself as Inclusive.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de estudos e palestras realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Inclusiva, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Federal de Uberlândia (GEPEFI/FAEFI/UFU), que desde dezembro de 2002, têm reunido educadores da área de Educação Física, que se preocupam com a questão da inclusão escolar das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais¹ (PNEEs), mais precisamente, com a inclusão desse alunado nas aulas dessa disciplina escolar.

¹ Na área educacional vem-se utilizando diferentes denominações, como, Pessoas Deficientes, Pessoas Portadoras de Deficiências e Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, porém, a que tem prevalecido

A inclusão, para autores como Stainback; Stainback (*apud* DORÉ, et al 1997), Sassaki (1998), Mantoan (1998), Mittler (1999), Carmo (2001) trata-se de um novo paradigma, e consequentemente traz de maneira geral reflexões sobre a Educação/Educação Física Escolar.

Conforme, Mendes (2002) a política de inclusão surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), a partir, da segunda metade dos anos 70, visando inserir não só as Pessoas com Deficiência (PD), mas todas as PNEEs, “*excluídas*” da escola e sociedade.

No Brasil, essa perspectiva tomou impulso nos anos 90, e provavelmente fará parte das discussões educacionais nas primeiras décadas do século XXI.

Diante disso, levantamos o seguinte questionamento: Qual o papel da Educação Física Escolar, diante do paradigma da Inclusão?

Para responder a esta indagação discutimos também as seguintes questões: a) quais os princípios que orientam a Educação Especial; b) em relação à Educação Inclusiva, quais os fatos e correntes de pensamento, vêm orientando o seu desenvolvimento; c) o que têm mostrado os dados estatísticos brasileiros, quanto a inclusão das PNEEs na rede de ensino público e/ou privado; e d) quais os caminhos percorridos pela área da Educação Física diante das PNEEs.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como bibliográfico.

Alguns procedimentos metodológicos mais específicos foram necessários no sentido de viabilizar o desenvolvimento desse trabalho, como forma de melhor encaminhar o processo de obtenção e análise das informações referentes ao objeto de estudo, assim procedemos: a) identificamos e selecionamos na literatura da área da Educação, Educação Especial e Educação Física, estudos (dissertações e/ou teses e artigos) que versavam sobre o tema²; b) discutimos no âmbito do GEPEFI, os textos selecionados na literatura das áreas citadas anteriormente; c) levantamos e analisamos os princípios que orientam a Educação Especial; d) verificamos e analisamos os fatos e correntes de pensamento, que vêm contribuindo para a propagação do paradigma da Inclusão, no Brasil; e) levantamos e analisamos os dados estatísticos divulgados na home-page, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), relativos à inclusão das PNEEs, na rede de ensino brasileiro; e f) analisamos o papel que vêm sendo desenvolvido pela Educação Física Escolar, diante do paradigma da Inclusão.

Para o estudo da bibliografia selecionada elegemos algumas categorias de análise, tendo em vista as articulações existentes entre elas. Consideramos, principalmente, as categorias da totalidade, do lógico e do histórico, da contradição, e do abstrato e o concreto³.

O processo de análise utilizado por nós, foi o hermenêutico-crítico⁴, que consiste na abordagem crítica dos resultados obtidos pela análise interpretativa.

é a denominação: Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, por isso, utilizaremos essa denominação nesse estudo. Entendemos que essa expressão parte de uma concepção de educação que não se restringe à instituição escolar ou à escolarização, mas refere-se à pessoa humana em suas relações na e com a sociedade.

² Os estudos identificados e selecionados na literatura das áreas citadas anteriormente e que se referem ao tema tratado, foram: Doré et al (1998), Mendes (2002), Mantoan et al (1997) Saint-Laurent (1997), Sassaki (1997); Guiraldelli Júnior, (1988), Mittler (1999), Stainback; Stainback (1999), Dalbério (2000). Carmo (2001 e 2002), Sousa (2002a), Sousa (2002b), Revista Integração (2002), e Declaração de Salamanca (1994).

³ Entendidas como graus de desenvolvimento do conhecimento e das práticas sociais, as categorias são formas do pensamento que expressam termos mais gerais, permitindo ao homem representar adequadamente a realidade. São reflexos do mundo objetivo, generalizações de fenômenos e processos que existem fora da nossa consciência. Consideradas no seu conjunto, as categorias do materialismo dialético expressam as leis mais gerais do desenvolvimento do mundo objetivo. Desta forma, têm todas elas conteúdo objetivo. (KOPNIN, 1978)

⁴ Conforme Gamboa (1998), a análise do processo hermenêutico-crítico consiste no seguinte: depois de esquematizar os conteúdos explícitos no referencial teórico, a partir, do conteúdo do estudo e de

RESULTADOS

Em relação aos princípios que orientam a Educação Especial podemos dizer que historicamente, apresentam três momentos distintos: o da normalização, o da integração e o da inclusão. O princípio da inclusão, todavia, não é específico da Educação Especial.

O princípio da normalização iniciou-se na Dinamarca, em 1950, tendo sido contemplado na legislação desse país em 1959. Baseia-se na idéia de que indivíduos com deficiência têm direito de usufruir de condições de vida o mais normais possível, o mais similares às condições das outras pessoas. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem. Segundo Carmo (1998) esse princípio dissemina a idéia da possibilidade de igualar o desigual.

Num segundo momento, em 1970, surgiu uma outra fase, quando se passou a valorizar o princípio da integração. A terceira fase apareceu em 1975, demarcada pelo princípio da inclusão, que visa integrar não só as pessoas com deficiência, mas todos os alunos anteriormente excluídos, das escolas regulares.

Os princípios da integração e inclusão têm sido, atualmente, os eixos das discussões em congressos, seminários, eventos e publicações na área da Educação Especial, por estudiosos e pesquisadores, tanto em nível nacional quanto internacional.

Assim, procuramos abordar mais especificamente sobre a integração e inclusão.

Em relação aos termos de integração e inclusão, constatamos que apresentam significados semelhantes no dicionário da língua portuguesa. A integração é definida como uma ação ou política que visa integrar em um grupo as minorias raciais, religiosas, sociais, e o ato de integrar implica juntar-se, tornando-se parte integrante; reunir-se, incorporar-se. Incluir figura como inserir e introduzir e inclusão, como o ato ou efeito de incluir. Assim, as definições dos dois termos contidas no dicionário não apresentam diferenças significativas. Ambas remetem à idéia de inserção e junção.

Contudo, verificamos, a partir da revisão de literatura, que, apesar de não existir uma única definição a respeito do que vêm a ser integração e inclusão, alguns aspectos são elucidativos de seus significados mais atuais, quais sejam:

- 1) Os princípios da inclusão não são específicos da Educação Especial, enquanto os da integração, são;
- 2) O princípio da integração apresenta como pressuposto ideológico que todos são iguais e por isso podem estar juntos. Na inclusão o princípio básico é que todos são diferentes e, por isso, devem conviver com essas diferenças;
- 3) No que diz respeito à perspectiva da escola e da educação, constatamos que, para a integração, o que se pretende é inserir o aluno no sistema de ensino, o que pode ocorrer em classes regulares, com apoio especial (por exemplo: salas de recurso ou de apoio; professor itinerante, etc.). A proposta da inclusão não se restringe às pessoas com deficiência. A perspectiva é que todos tenham garantidos os direitos de acesso e permanência à educação escolar.

No paradigma que determina a política de inclusão escolar, a Educação Especial terá outro significado, deixará de ser especial e de atender um segmento da população, para ser uma educação que promova um ensino de especial qualidade a todos.

O princípio da integração, no nosso entendimento, não conseguiu sustentar a inserção do aluno com deficiência na escola e nos diferentes espaços sociais de forma concreta, respeitando e aceitando, na essência, as diferenças e a diversidade humana. Não conseguiu, portanto, efetivar um ensino de qualidade à pessoa com deficiência e suas práticas determinaram um falso movimento social. O mesmo poderá ocorrer com a inclusão se as ações práticas nessa direção

interpretá-lo, aborda-se criticamente os resultados do processo interpretativo, pois a reflexão filosófica não pretende limitar-se a hermenêutica, por isso busca-se uma dimensão crítica. O estudo deve incluir uma discussão sobre as contradições, os conflitos e os paradoxos dos estudos analisados.

não forem implantadas com bases sólidas, com mudanças estruturais na organização da escola, buscando uma nova visão de homem, mundo e sociedade.

Vale ressaltar que, historicamente, alguns fatos marcaram o desenvolvimento da educação inclusiva, como a Declaração Mundial dos Direitos Humanos, que foi preconizada, legalmente a mais de 60 anos. No final do século XX, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Joimtiem, na Tailândia, em Março de 1990, veio reforçar esses direitos, cujo objetivo foi refletir e enfrentar o desafio da exclusão escolar de milhões de alunos, entre eles as pessoas com deficiência. E, ainda mais recente destacamos a Declaração de Salamanca, que é resultado de uma reunião de vários países, realizada na Espanha em 1994, inspirada nos princípios de integração e no reconhecimento da necessidade de ação para conseguir “escola para todos”, buscaram um consenso mundial sobre os futuros rumos dos serviços educativos especiais: combater a exclusão escolar e reduzir a taxa de analfabetismo.

Concordamos com Carmo (2001) que tanto uma corrente como a outra não apresenta consistência em seu discurso para sustentar a inclusão. Os legalistas acabam pondo em prática uma ação desarticulada, sem consistência e compromisso com a realidade objetiva das escolas brasileiras, proporcionando segregação, comprometimento da auto-estima dos PD, que, incapazes de responder às exigências da escola regular, acabam mais uma vez excluídos de seu interior.

Concordamos com os autores que advogam uma nova forma de organização escolar como meio de concretizar uma escola para todos, o que implica, necessariamente, uma mudança de paradigma. Outros autores também defendem a necessidade de uma nova forma de organização escolar: Saint-Laurent (1997), Sassaki (1997); Mittler (1999), Stainback & Stainback (1999), Dalbério (2000) e Carmo (2001).

CENSO ESCOLAR	1996		1998		2003	
Rede de Ensino	Qtde de Alunos	Distr. %	Qtde de Alunos	Distr. %	Qtde de Alunos	Distr. %
Total Brasil	201.142	100,0%	337.326	100,0%	358.987	100,0%
Municipal	29.591	14,7%	62.962	18,7%	62.312	17,4%
Estadual	90.688	45,1%	115.424	34,2%	76.144	21,2%
Federal	938	0,5%	898	0,3%	721	0,2%
Particular	79925	39,7%	158.042	46,9%	219.810	61,2%

(*) Dados Preliminares

Fonte: INEP/SEESP/MEC

Sobre o número de alunos com necessidades educacionais especiais atendidos pelos sistemas educacionais, seja ele público e/ou privado, percebemos que apesar do aumento (de 201.142 para 358.987), no número desse alunado atendido por um dos dois sistemas, permanece ainda a existência de uma realidade extremamente excludente, e que, o sistema privado que normalmente são as escolas especiais, apesar da discussão atual sobre o paradigma da inclusão, vêm sendo a grande responsável pelo aumento no número de atendimento educacional a esse alunado.

Portanto, o que os dados demonstram é que apesar das discussões em congressos, nas revistas especializadas da área educacional e no cenário político, muito pouco têm sido feito para aumentar as oportunidades de acesso e permanência do alunado com necessidades educacionais especiais à Educação Escolar, no Brasil.

Quanto aos caminhos percorridos pela área da Educação Física diante das PNEEs, com base nos estudos identificados e selecionados na literatura das áreas de Educação/Educação Especial e Educação Física, verificamos que esta última, enquanto modalidade de ensino, encontra-se em vantagem em relação as outras disciplinas, especialmente, as escolares, uma vez que a Educação Física Adaptada (EFA) procurou compreender as deficiências e a maneira de adaptá-las, o que levou-la ao desenvolvimento.

A EFA, conseguiu perceber os limites e possibilidades dessas pessoas e tem como diretriz trabalhar com as potencialidades dos alunos. Ainda assim, é uma prática segregacionista, pois acontece entre as pessoas com deficiência, e, no paradigma da inclusão, estamos falando de lidar com a diversidade em um mesmo contexto.

Sabemos que apenas colocar o conteúdo da atividade física e o desporto adaptado como partes constituintes do conhecimento, a ser trabalhado pelos professores de Educação Física com seus alunos, não asseguraria a inclusão e participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar.

Porém essas ações poderiam suscitar uma reflexão sobre a temática deficiência, e, principalmente, levar os professores a um repensar acerca da articulação tempo, espaço e conhecimento na Educação Física Escolar, analisando e compreendendo os limites e possibilidades de inclusão desses alunos na escola.

Inserir conhecimentos que abarcassem temáticas da EFA, poderia ser um caminho, dentre outros. Mas, é preciso compreensão e clareza sobre qual Educação Física estamos falando e o que queremos para os nossos alunos.

A Educação Física pode ser vista de diferentes maneiras. Por um lado, pode lidar com ideologias “biologicistas”, que se preocupam com a estética ou o rendimento físico e técnico do indivíduo e, por outro, pode-se propor a trabalhar enfatizando os aspectos históricos sociais do indivíduo. Dependendo da forma de conceber a EF, não é difícil legitimar a exclusão de alunos de determinadas atividades, seja eles PNEEs, ou não. Já vivenciamos muitas vezes a exclusão disfarçada dos menos hábeis, dos mais gordinhos, dos mais lentos, enfim, daqueles que não se enquadram no padrão pré-estabelecido.

Não podemos negar que ainda é realidade, em algumas escolas, aulas de Educação Física separadas por turmas, tendo com parâmetros o sexo e o nível de habilidade motora demonstrando, nitidamente, a bagagem histórica, cultural, social e educativa que nos acompanha, e historicamente, deve ter acompanhado nossos antecessores.

Muitas vezes, esses princípios vêm contribuir fortemente para o processo de exclusão escolar desses alunos, como dissemos, anteriormente. E, excluindo, perdemos a oportunidade de aprender conviver com o diferente.

Aranha, apud Cruz (1996, p.12), afirma que:

“alijando-se o aluno com deficiência da integração social, este perde em desenvolvimento, enquanto a sociedade perde por não ter a oportunidade e a possibilidade de aprender com uma significativa parcela de seus elementos constitutivos, representados pelos “diferentes” segregados. Com isso, todos perdemos consciência, em comportamento e, conseqüentemente, em possibilidade de transformação.”

Ressaltamos as contribuições do aluno com deficiência para sua própria inserção social, no que se refere à transformação que poderá trazer à Educação Física, se estiver presente, integrado, incluso nesse contexto.

Reconhecemos que existe, ainda, na educação e, conseqüentemente, nas aulas de Educação Física, perspectivas tradicionais de ensino. Desta forma, temos consciência de que ao defendermos a possibilidade de inclusão do aluno com necessidades especiais na Educação Física Escolar, estamos avançando às perspectivas mais progressistas de ensino, tais como: crítico-social, crítico-superadora, emancipatória, dinâmica-dialógica, entre outras. E os professores de Educação Física, principalmente aqueles que trabalham com essas perspectivas consideradas avançadas de ensino, devem, pelo menos, suscitar um repensar nos objetivos, métodos, funções sociais, tempo, espaço e conhecimento para incluir o aluno com deficiência na Educação Física Escolar.

A inclusão proporciona uma visão arrojada de escola, ensino, educação, e de Educação Física. Com isto, torna-se indispensável à valorização do magistério, o investimento na formação dos professores, assim como melhores condições de trabalho e salários dignos, em face do papel político e social que representam esses profissionais (CARVALHO, 1999).

Precisamos enfrentar desafios, mas não podemos abraçar a inclusão sem considerar as idéias liberais contidas nos discursos, as restrições, os pontos fundamentais e determinantes levantados nos estudos e pesquisas, tanto em nível nacional quanto internacional, as especificidades de cada deficiência e do alunado da Educação Especial. E, também não podemos deixar de pensar em como articular o tempo, o espaço e o conhecimento na Educação Física Escolar que contemple não só o aluno com deficiência, mas o princípio da diversidade da diferença.

Abranches (2000, p.38), defende a idéia que:

“o convívio social só é possível pela aceitação e pelo respeito à diferença. E a diferença é a marca constitutiva de cada sujeito; é o que nos define e nos torna únicos.”

É importante mencionar que não se pode esquecer que a Educação Física Escolar é parte constituinte da Educação Geral. Segundo Soares et al. (1993),

“a Educação Física, enquanto disciplina do currículo escolar, possui as mesmas tarefas que a escola em geral, não podemos ser isentada da responsabilidade que se exige da escola.”

Assim, entende-se que na Educação Física Inclusiva precisamos estar envolvidos numa prática sócio-político-pedagógica capaz de materializar em uma nova Educação Física Escolar e novos caminhos a serem percorridos.

CONCLUSÃO

Após realização desses procedimentos, verificamos que a Educação Física Escolar, precisa repensar sua organicidade escolar, envolvida em uma prática sócio-político-pedagógica capaz de materializar-se como Inclusiva.

Consideramos que: a) a partir, das duas grandes Guerras Mundiais, houve avanços na área Educacional, voltada às PNEEs; b) é preciso que se tenha um olhar crítico para com as práticas inclusivistas que estão sendo e ainda serão materializadas; c) quanto a atual organicidade escolar brasileira, é preciso que ela seja superada; d) sejam subsidiadas as propostas de mudanças da atual organicidade escolar brasileira; e) aproveitem as propostas já implementadas no Brasil e no exterior, quanto às especificidades de cada “deficiência” e “alunado” da Educação Especial; e f) valorize o magistério, por meio de investimentos na formação profissional, melhores condições de trabalho, salários dignos em face do papel político e social que representam esses profissionais.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Física; Hermenêutico-crítico.

BIBLIOGRAFIA:

- CARMO, A. A. do. Educação Comum e especial: discursos diferentes e uma mesma prática excludente. In: MARQUEZINE, M C et al. *Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial*. Londrina: UEL, 1998, p. 391 – 398. 1998.
- CARMO, A. A. do. Inclusão Escolar e Educação Física: que movimentos são estes? *Revista Integração*, Brasília: MEC/SEESP, ano 14, Edição Especial/2002, p. 6 – 13.
- CARMO, A. A. do. Inclusão Escolar: Roupas novas em corpos velhos. *Revista Integração*, Brasília: MEC/SEESP, n. 23, p. 43 - 47, 2001.
- DALBÉRIO, M. C. B. *Quem são os alunos egressos da Educação Especial?* 2000. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2000.
- DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994, 54 p.
- DORÉ R.; WAGNER, S.; BRUNET, J. A integração escolar: os principais conceitos, os desafios e os fatores de sucesso no secundário. In: MANTOAN, M. T. E. et al. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Menom/SENAC, 1998. p. 174 – 183.
- GAMBOA, S. Á. S. *Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador*. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa, Editorial Magisterio, 1998. p.144.
- GUIRALDELLI JÚNIOR, P. *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. São Paulo/SP: Loyola, 1988. 63 p.
- MANTOAN, M. T. E. et al. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. 235 p.
- MANTOAN, M. T. E. et al. Educação escolar de deficientes mentais: Problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. *Cadernos Cedes: A Nova LDB e as Necessidades Educativas Especiais*. Campinas/SP: UNICAMP, n. 46, p 93 – 107, 1998.
- MENDES, E.G. Perspectivas para a construção da Escola Inclusiva no Brasil. In: M. Palhares & S. Marins (org.) *A Escola Inclusiva*. EDUFSCar, p.61-85. 2002.
- MITTLER, P. Inclusão escolar é transformação na sociedade. *Revista Presença Pedagógica: Inclusão/exclusão escolar*. Belo Horizonte: Dimensão, v.5, n. 30, p. 5 – 16, 1999.
- NÚCLEO Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, esportes e Educação Especial da Universidade Federal de Uberlândia – NUTESES. Disponível em: www.nuteses.ufu.br. Acesso em: 10 mai. 2000.
- REVISTA INTEGRAÇÃO. Brasília: MEC/SEESP, n.14. 1994.
- REVISTA INTEGRAÇÃO. Brasília: Diversidade na Educação: MEC/SEESP, n. 21. 1999. 61 p.
- REVISTA INTEGRAÇÃO. Integração Escolar. Brasília: MEC/SEESP, n. 20. 1998. 62 p.
- SAINT-LAURENT, L. A educação de alunos com necessidades especiais. In: MANTOAN, M. T. E. et al. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997, p. 67 – 76.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176 p.
- SASSAKI, R. K. *Revista Integração*. Brasília: MEC/SEESP, n. 20, p. 8 – 10, 1998.
- SOUSA, S. B. Educação Física Inclusiva: um grande desafio para o século XXI. *Revista Integração*, Brasília: MEC/SEESP, ano 14, Edição Especial/2002, p. 35-38.
- SOUSA, S. B. *Inclusão escolar e o portador de deficiência nas aulas de Educação Física das redes municipal e estadual de Uberlândia-MG*. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.
- STAINBACK, S; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 451 p.

Régis Henrique dos Reis Silva
E-mail: regishsilva@universiabrasil.net

Sônia Bertoni Sousa
E-mail: bertoni@ras.ufu.br

Maria Helena Candelori Vidal
E-mail: mhvidal@faefi.ufu.br